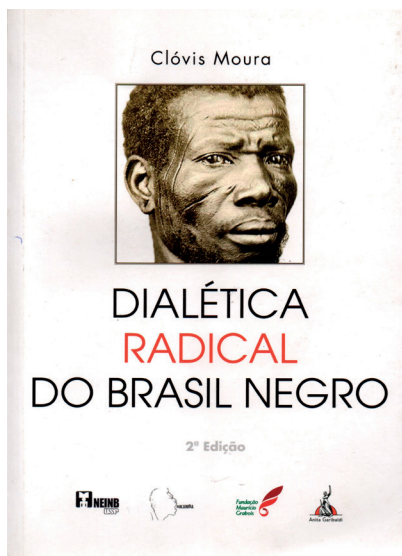


## Letrados e plebeus / *Lawyers and plebeians*<sup>1</sup>

CLEBER SANTOS VIEIRA<sup>2</sup>

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. 2. ed. São Paulo: Fundação Maurício Grabois / Anita Garibaldi, 2014.

“Acreditamos que somente uma posição dialética em relação ao problema poderá unir esses dois níveis da questão (raça e classe) e com isto surgir uma posição dinâmico/radical capaz de unificar os universos – o negro letrado e o marginal.” (p. 308). Estas palavras de Clóvis Moura inscrevem-se nas páginas de *Dialética radical do Brasil negro*, publicado, pela primeira vez, em 1994. Ele perfaz o segundo momento de estudos sobre o negro brasileiro sendo precedido por outras obras importantes: *Sociologia*



- 1 Trabalho realizado com auxílio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), no âmbito de projeto de maior escopo sobre a obra de Clóvis Moura. Processo nº 2016/20111-0.
- 2 Professor Doutor, Departamento de Educação, Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História e do Programa de Pós-Graduação em Educação e Saúde na Infância e na Adolescência – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas-Universidade Federal de São Paulo, Campus Guarulhos.

do negro brasileiro (1988), e por publicações posteriores, a saber: *Os quilombos na dinâmica social do Brasil* (2001), obra em que figura como organizador e, ainda, um livro de ensaios *A encruzilhada dos orixás: problemas e dilemas do negro brasileiro* (2003). Portanto, o texto insere-se no período posterior ao que o próprio autor denominou de primeiro ciclo de estudos composto por: *Rebeliões da senzala* (1959), *O preconceito de cor na literatura de cordel* (1976), *O negro: de bom escravo a mau cidadão?* (1977), *Os quilombos e a rebelião negra* (1981) e *Brasil: raízes do protesto negro* (1983).

A edição de 2014 apresenta um novo visual onde sobressai, na capa, a imagem de um indivíduo africano escarificado. *Dialética radical do Brasil negro* apresenta, pois, uma análise em que sinais de beleza e força são produzidos por ações dolorosas sobre o próprio corpo, marcas culturais fixadas na pele por onde fluem tradições, identidade, sexualidade de grupos étnicos específicos, dentre outros temas. Apresenta, desse modo, o sujeito negro portador de traço identitário bem definido, humaniza o escravizado deslocando-o das representações e interpretações que o delimitam nas fronteiras da força de trabalho somente. O olhar fixo contrapõe-se à tentativa de coisificar os africanos, a começar pela epígrafe inscrita na página de abertura que expõe a cidadania confiscada pelo direito que identificava o escravizado a um móvel qualquer. (p. 10).

Os hieróglifos demarcados pela imagem do rosto escarificado apresenta o livro de forma diferente e bem mais interessante que a apresentação da primeira edição, na qual a violência é o traço distintivo. Ali, a imagem da repressão policial empregada contra a população negra marginalizada emerge, em primeiro plano, como traço de permanência da violência do opressor escravocrata de outrora.

Há de registrar, contudo, que, neste ponto, a segunda edição (2014) não se distingue pela originalidade, posto que imagem semelhante foi utilizada na capa do *Dicionário da Escravidão Negra no Brasil*, obra póstuma de Clóvis Moura, publicada pela Editora da Universidade de São Paulo, em 2004.

O plano escarificado possibilita estabelecer ligações entre os traços históricos da escravidão articulados aos temas desenvolvidos no plano geral dos capítulos que compõem a obra: I – Do escravismo

pleno ao escravismo tardio; II – População, miscigenação, identidade étnica e racismo, III – Linguagem e dinamismo cultural negro; IV – Especificidade e dinamismo dos movimentos de São Paulo. A imagem dialoga diretamente com ideias apaixonadamente desenvolvidas por Clóvis Moura como expressões da dinâmica imposta pelos negros no interior da sociedade escravista. Neste caso, é a cultura da resistência que sobressai. O idioma das senzalas, juntamente com a preservação das religiões africanas, constituem “os dois fatores culturais mais relevantes dentro de um contexto de escravidão e que possibilitaram a resistência social do negro e do livre até nossos dias”. (p. 241).

Livro de erudição, as referências marxistas instrumentalizam o autor no diálogo com interpretações adversas avançando e discutindo, um a um, alguns temas polêmicos como o de “brecha camponesa”, isto é, a da hipotética existência de relativa autonomia dos escravos de ganho, ditos “meio escravo, meio livre”, e mesmo em relação a teses consagradas na historiografia sobre a natureza dos conflitos e negociações que pautaram a vida dos escravos expressas na expressão “nem Zumbi nem pai João”. No interior do debate, Clóvis Moura reafirma a posição teórica inscrita nas fronteiras do materialismo histórico, em que sobressai o modo de produção escravista em termos de totalidade, cujo elemento dinâmico está na população escravizada rebelada. Em torno deles se articulam as racionalidades jurídica, administrativa, política e ideológica responsáveis pelo equilíbrio sistêmico do escravismo.

No debate intelectual acerca das relações sociais estabelecidas no período escravista, Clóvis Moura apresenta-se como autor engajado nas discussões, desvelando os limites institucionais da historiografia e sociologia acadêmica e replicando temas e ideias discutidos em outras obras, tais como *A Sociologia posta em questão* (1978) e *As injustiças de Clío: o negro na historiografia brasileira* (1991). Ao contrário do que o leitor mais apressado possa imaginar, tais críticas não implicaram em negação do conhecimento produzido na academia. O rigor na análise sobre a escravidão reverberou, por exemplo, na busca incessante de dados sobre o tráfico negreiro, números de escravizados e indicadores sobre a sua importância para o capitalismo internacional, em particular o inglês. A fundamentação passou, inclusive, por clássicos da sociologia acadêmica fora do campo marxista, notadamente Max Weber,

“que aliás, minimiza a sua contribuição como elemento importante na gênese do capitalismo”, diz Clóvis Moura.

A hierarquização racial da população introduzida pelo sistema colonial foi uma estratégia de dominação das classes dominantes. O racismo como instrumento da ideologia colonial, operou no bojo das próprias mudanças sociais, atuando de forma indispensável para que as elites reordenassem os seus interesses, seja na divisão social do trabalho ou no prestígio social. Engendrado durante a fase de escravismo pleno (até 1850), onde as estruturas de dominação capitalista se consolidaram, adotará novas normas na dinâmica do escravismo tardio (1850-1888). Do ponto de vista das lutas de resistência, diferentemente da quilombagem que marcou o escravismo, na qual os negros eram sujeitos das ações em busca da liberdade, no abolicionismo os escravos tornaram-se objeto da ação libertadora de outros grupos políticos.

Nessa fase, o processo de modernização das relações sociais capitalistas desenvolveu-se a partir de uma base escravista produzindo uma dialética inusitada, caracterizada pela modernização sem mudança social. Em outras palavras: “o moderno passa a servir ao arcaico”. Para Clóvis Moura, este é o traço central que deve ser observado na fase final do escravismo brasileiro, incluindo a forma pela qual se realizou a abolição e seus efeitos até os dias de hoje.

Dentre os vários méritos do livro, merece destaque o aprofundamento de conceitos já testados em outras obras. Destacam-se as ideias em torno das barragens sociais e as de grupos específicos, conceitos herdados do arcabouço teórico-metodológico empregados por Emílio Willems, e devidamente relançados, de forma subsidiária na interpretação sobre o escravismo brasileiro e seu legado na perspectiva do materialismo histórico.

Barragem e seleção racial aparecem como conceitos centrais na compreensão dos elos articuladores entre capitalismo e racismo fluindo no longo período analisado, do escravismo pleno aos nossos dias. O primeiro estágio funcionou durante todo o período escravista até o século XIX e, em síntese, consistia no imobilismo social e econômico imposto aos escravos a partir de mecanismos de coerção jurídicos e simbólicos. No segundo estágio, após 13 de maio, os mecanismos de

barragem social foram refinados em torno de um dos princípios articuladores das ideias, o de que “todos são iguais perante a lei”.

Nesta dinâmica, dirá ainda Clóvis Moura, os intelectuais e ideólogos das elites atualizaram os mecanismos de barragem e seleção demonstrando a inaptidão dos não brancos para as modernas técnicas de produção que passaram a compor o mundo do trabalho. O resultado foi a política de imigração combinada ao processo de marginalização e açodamento do preconceito racial em relação aos trabalhadores negros por meio da ideologia do branqueamento e complexificação da mestiçagem. Os problemas de raça e classe, então, se imbricaram e a marginalização do negro passou a funcionar sistemicamente como item de regulação dos salários. O racismo, portanto, justificava a estratégia de marginalização na medida em que apresentava os trabalhadores não brancos como desqualificados nos desafios exigidos pela organização do trabalho pós-abolição: “esta é especificamente a função social do racismo na sociedade de competição selvagem do Brasil, especialmente em São Paulo, onde o capitalismo dependente desenvolveu-se completamente”. (p. 309).

No livro, as relações entre racismo e capitalismo são descritas ainda como um campo de possibilidades a ser estudado como “o cotidiano da população negra”; “o problema da agressividade do negro como resposta ao estímulo exterior”; “a transformação das culturas africanas dominadas em cultura afro-brasileira de resistência”. Sobre estes temas, o autor exercitou a análise sobre o polo dinâmico surgido das contradições engendradas pelo escravismo tardio, notadamente a partir da experiência paulista, na qual a modernização capitalista se consolidou em todas as formas. Concluiu que, nestes espaços, a fricção entre população negra na sociedade capitalista provocou a formação de grupos negros específicos, ou seja, “aqueles onde indivíduos possuem e desenvolvem a sua identidade étnica” (p. 215) e, a partir da práxis, transformaram a herança africana e valores culturais afro-brasileiros em instrumentos de uma cultura de resistência.

Uma das expressões mais notáveis de atuação dos grupos negros específicos foi demonstrada a partir da própria dinâmica que caracteriza a comunidade negra no pós-abolição até o momento da publicação original do livro (1994). A comunidade negra, de acordo com Clóvis Moura: “divide-se e ao mesmo tempo compõe-se de uma

classe média minoritária negra a qual estabelece as regras do discurso ideológico, e de outra que chamamos plebeia na qual esse discurso quase não tem ressonância (...).” (p. 294). Esta divisão ele chamará de dualidade entre *letrados* e *plebeus*. Trata-se de uma tentativa de compreender a complexidade da história do negro e das relações raciais focando a existência (ou não) de uma articulação orgânica entre intelectuais, movimento negro e a classe trabalhadora majoritariamente negra. Clóvis Moura demonstrou que, muitas vezes, a elaboração da consciência étnica da população negra ocorreu no cotidiano da intelectualidade, quase sempre desvinculada da dinâmica plebeia negra, isto é, dos trabalhadores urbanos e rurais brasileiros, desempregados, pobres, miseráveis.

Resta saber se a interpretação de Clóvis Moura para a experiência paulista se aplicava a outros territórios e tempos históricos. E, ainda, saber o papel desempenhado pelo seu próprio livro na superação do hiato entre “letrados e plebeus”. Em todo caso, como escreveu o professor Dennis de Oliveira no prefácio à segunda edição, apesar de ainda ser renegado pela academia, o pensamento moureano inspira projetos políticos de diversas entidades do movimento negro.

Assim, nos dias de hoje, em uma conjuntura tão adversa para a população negra, marcada pelo avanço do capitalismo neoliberal, do pensamento e práticas racistas, assumir uma posição dinâmica e radical capaz de construir espaços de aproximação política entre “letrados e plebeus” talvez seja mais do que nunca necessária para reescrever e viver a história do Brasil negro, uma história pontilhada de derrotas, na qual “há mártires-heróis negros, mas não há heróis vencedores negros” (p. 242): história escarificada na qual se forjou uma resiliente cultura de resistência contra o racismo.